

OS SIGNIFICADOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA OS TRABALHADORES DO
PAD BOA ESPERANÇA EM SENA MADUREIRA – ACRE (2005-2017)Francisco Bento da Silva
Cicero Dantas dos Santos Filho

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar os significados da legislação ambiental para os trabalhadores do Projeto de Assentamento Dirigido-PAD Boa Esperança em Sena Madureira-AC, no período de 2005 a 2017. A legislação ambiental tem fundamental importância diante a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais. Utilizaremos como metodologia a análise de narrativas orais coletadas através da realização de entrevistas com questões abertas. Quanto aos pressupostos teóricos tomamos por base as elucubrações de Bakhtin/Volochinov sobre índice de valor no âmbito da luta de classes, dialogando também com a construção da identidade no âmbito do discurso. A partir das análises realizadas constatamos que a legislação ambiental tem importantes significados para os trabalhadores do PAD Boa Esperança impactando suas condições de vida e a própria identidade como agricultor. Nesse sentido se evidencia um embate no campo do discurso onde a questão ambiental se insere na contraposição entre diversas classes sociais. Cabe enfatizar que os entrevistados não negam a importância da legislação ambiental, no entanto apontam que a mesma deve ser implementada acompanhada de apoio técnico necessário para evitar as queimadas.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização; trabalho; sobrevivência; ambientalismo.

ABSTRACT: This communication deals with ongoing research, which has as its theme the impacts of environmental legislation on the living conditions of rural workers. The environmental legislation has fundamental importance against the need for the sustainable use of natural resources. However, it can not be implemented without guaranteeing the survival conditions of rural workers against the deforestation prohibitions. In this sense, the study and discussion of the theme is justified by the need to think about alternatives that guarantee the survival conditions of rural workers. Therefore, this study aims to discuss environmental issues from the perspectives of the living conditions improvement of the workers of the Boa Esperança Directed Settlement Project in SenaMadureira-Acre in the period of 2005 to 2017. We will use as methodology the oral narratives analysis collected through interviews with open questions. About the theoretical assumptions sed on Bakhtin/Volochinov about the value index within the class struggle.

KEY WORDS: Colonization; work; survival; environmentalism.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como objetivo analisar os significados da legislação ambiental para os trabalhadores do Projeto de Assentamento Dirigido Boa Esperança, em Sena Madureira AC, no período de 2005 a 2017. O tema e a problemática a serem discutidas ganharam consistência durante a realização da pesquisa para dissertação de mestrado, que analisou as trajetórias e identidades dos trabalhadores no mencionado local. Na referida pesquisa, optou-se por uma perspectiva interdisciplinar, com o desenvolvimento de diálogos entre a história oral, memórias e filosofia da linguagem.

Em resposta às questões sobre suas trajetórias, os entrevistados não trataram apenas de suas memórias, expressaram também questões e situações presentes. O momento atual é marcado por algumas melhorias nas condições de vida, mas também por elementos que limitam os seus horizontes, destacando a implementação da legislação ambiental a partir da proibição de desmate. Passou-se, então, a problematizar com os possíveis significados da legislação ambiental para esses trabalhadores.

A defesa do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais, desde o fim do século XX, foi assumida por políticos e intelectuais cujos posicionamentos vão da direita à esquerda (MARIN, 2006, p.16). Por outro lado, a colonização dirigida é apontada como causadora de destruição e de grandes impactos à floresta (NASCIMENTO, 2015), o que parece alimentar um olhar negativo sobre o parceleiro assentado e sua família que ainda dependem da forma rudimentar de preparo do solo através do desmatamento e queima, para realizar a prática da agricultura necessária à garantia da sobrevivência. Não se olvida da necessidade e importância da preservação do meio ambiente,

no entanto, isso não pode se concretizar desconsiderando contingentes humanos em condições específicas que para sobreviver ainda precisam desmatar.

Trazer para o debate as vozes desses grupos sociais tem uma fundamental importância tanto ética quanto política. A importância ética se evidencia por um respeito a sua própria dignidade ou mesmo um direito de defesa frente às acusações implícitas e explícitas de agressão à natureza. Por outro lado, a importância política se evidencia na possibilidade de manifestar os seus posicionamentos e interesses, pois a preocupação com o meio ambiente deve levar em conta as condições de vida, não apenas das gerações futuras, mas também das presentes já que sem essas não teremos aquelas. Assim, faz-se necessário ouvir as pessoas que vivem em espaços onde a preservação do meio ambiente é vista como urgente.

Dessa proposta de ouvir as pessoas, decorre a metodologia de pesquisa e os pressupostos teóricos utilizados como balizamento das análises desenvolvidas nesse trabalho. Foram estabelecidos alguns diálogos sobre os escritos de Alessandro Portelli quanto as narrativas orais e buscou-se, de forma sintética, considerações da filosofia da linguagem de Bakhtin, dialogando com a construção discursiva e social das identidades. Como procedimento de produção das fontes, foram utilizadas gravações de narrativas orais, utilizando gravador digital. Em seguida à coleta dos dados pessoais dos entrevistados, a entrevista era iniciada a partir da seguinte proposição: Gostaria que o(a) senhor(a) falasse sobre suas vivências no PAD Boa Esperança. A partir daí, sempre iam surgindo novas questões as quais foram sendo exploradas de acordo com o objetivo da pesquisa.

Quanto aos procedimentos éticos, os entrevistados assinaram o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido, e a autorização de gravação de voz. No entanto, como forma de preservar o anonimato dos participantes, optou-se pela utilização de nomes fictícios.

O texto está organizado da seguinte forma: na primeira parte será feita uma exposição dos pressupostos teóricos a ser utilizados na análise, no tópico seguinte se trabalhará uma contextualização sobre a colonização dirigida e a questão ambiental; na seção posterior, com base em alguns trechos de entrevistas, serão discutidos aspectos do trabalho e sobrevivência dos trabalhadores do PAD Boa Esperança em suas relações com a questão ambiental; e, por fim, serão apresentadas as considerações finais.

ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

A história oral é uma metodologia que possibilita a exploração de temas diversos. O diálogo que se desenvolve a partir da entrevista oral pode trazer variados aspectos das experiências da vida do entrevistado, pois a memória não é controlável. Assim, mesmo que a entrevista possa ser entendida como um trabalho para explicitar memórias de situações específicas, o entrevistador não pode limitar o que o entrevistado tem a dizer, tanto em termos de narrativas, quanto sobre as interpretações dos fatos narrados (PORTELLI, 1996).

Nesse sentido, a produção de uma narrativa, enquanto ato de fala, parte de um lugar de enunciação que possui um horizonte social determinado. Desta forma, no diálogo com trabalhadores do PAD Boa Esperança é que surgiu a questão de pesquisa evidenciada a partir das narrativas gravadas, ou seja, significados da legislação ambiental a partir de um determinado lugar social. Esse problema, por envolver questões ideológicas e interesses de classes, converge para as considerações sobre filosofia da linguagem proposta por Bakhtin. Dada a limitação de espaço desse trabalho utilizaremos apenas o conceito de índice de valor social do signo ideológico, proposto pelo autor,

procurando dialogar sobre o caráter de mutabilidade sócio histórica dos discursos sobre o meio ambiente.

O conceito de índice de valor associado a um signo ideológico é apresentado por Bakhtin quando ele discute as relações entre infraestrutura e superestrutura. O autor entende que a ideologia decorre dos processos materiais, mas não resulta de uma causalidade mecanicista. Assim, faz-se necessário analisar as influências recíprocas entre as condições concretas e as manifestações ideológicas em uma perspectiva dialética tomando a palavra como base principal (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.40.)

Em cada horizonte social existe um conjunto de objetos que são valorizados, que despertam a atenção do corpo social e adquirem um valor particular. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.44).

Segundo Bakhtin/Volochínov (2006, p. 44), “para que o objeto pertencente a qualquer esfera da realidade entre no horizonte social, deve haver um processo de valorização a partir das condições econômicas, constituindo-se assim os índices de valor”. Assim, o autor afirma que todo índice de valor possui sempre um valor denominado índice social de valor, o qual se constitui apenas a partir de um consenso social, que se exterioriza no material ideológico.

A realidade que possibilita a formação do signo se chama de tema do signo, e possui sempre um índice social de valor determinado (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 44), o qual mesmo quando expresso na esfera individual não está desvinculado de sua origem social. Ou seja, “a consciência individual os absorve como seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 44).

Segundo Bakhtin/Volochínov (2006, p.45), o tema e a forma, estão ligados de maneira intrínseca, pois são as mesmas forças e as mesmas condições que dão vida a ambos. As mesmas forças e condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social criam as formas de comunicação ideológica. Essa origem comum dos temas e das formas se torna mais claramente observável no estudo da palavra em quanto signo ideológico que reflete as mais importantes alterações da existência material (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 45).

Segundo Bakhtin/Volochínov (2006, p. 45) o ser refletido no signo, não apenas nele se reflete mas também se refrata e essa refração é determinada pela luta de classes. O processo de refração se explica pelo fato de a realidade não ser expressa de forma neutra nos signos ideológicos. As expressões sobre as realidades sociais são deformadas pelos interesses de classe (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.45).

Bakhtin, explica que uma mesma comunidade semiótica pode abrigar diferentes classes sociais. Essas diferentes classes, embora sob um mesmo sistema de signos ideológicos, possuem seus interesses econômicos e culturais particulares constituindo um contínuo processo de conflito. Disso decorre que em todo signo ideológico confrontam-se índice de valor contraditório (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 45), sendo que esse processo de contradição é o que torna o signo mutável, e em nosso entender possibilita deslocamentos discursivos e rupturas.

O conceito de índice de valor social, como decorrente das forças econômicas e sociais, a meu ver se afigura apropriado à discussão por nós aqui proposta, ao passo que possibilita dialogar sobre o contexto sócio histórico de vivência dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como a mutabilidade dos discursos a respeito da relação homem natureza.

A filosofia da linguagem também nos propicia elemento para entender os processos identitários, pois os atos de enunciação evidenciam a posição e contexto social do sujeito falante. Segundo

Stuart Hall (2006) a identidade é construída discursivamente. Nesse sentido a identidade social pode estar ligada a aspectos culturais, papéis sociais, atividades profissionais, situações de pertencimento, mas é a por meio do discurso que ela é afirmada ou negada.

Stuart Hal (2006) ao discutir os efeitos da globalização aponta que as identidades sofrem um “descentramento”, são constituídas enquanto uma narrativa que estabelecemos a respeito de nós mesmos. Destaca ainda o autor que a identidade é construída no discurso. Tal raciocínio se coaduna por outro ângulo de abordagem de que a identidade se tece nos processos de rememoração.

Stuart Hall (2006) distingue três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo a sociológica e do sujeito pós moderno. A identidade do sujeito do iluminismo era pensada em termos de essência onde o indivíduo centrado em um núcleo que o constituía desde o nascimento e tinha a continuidade do mesmo. A identidade do sujeito sociológico refletiria o complexo contexto do mundo moderno em que o indivíduo ainda teria um núcleo essencial, mas que dialoga com os mundos culturais e as identidades que esses mundos oferecem. Assim, a partir das relações de projeção que estabelecemos no mundo contribui para alinhar nossa subjetividade aos lugares objetivos. A identidade do sujeito pós moderno estaria constituída não em uma base prévia de forma estável e unificada, mas como algo fragmentário, multifacetado e contraditório.

As identidades são multifacetadas e se desenvolve no conjunto de relações e papéis sociais que são inerentes ao indivíduo. Assim, tem se a identidades territoriais, nacionais, gênero de pertencimento. Nessa perspectiva temos que,

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 1999, p. 177).

Anthony Giddens, ao tratar das identidades, destaca que embora o mundo moderno tenha produzido instituições que possuem importantes impactos sobre os indivíduos, estes não estão aí postos de forma passiva, nas palavras do próprio autor,

O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações (GIDDENS, 2002, p. 09).

A partir do diálogo com as concepções de identidade numa perspectiva sociológica ou mesmo cultural fica evidente a interação entre o indivíduo e o contexto social e mesmo econômico e material. Os sistemas de identificação e posições sociais se constituem no âmbito da linguagem no processo de criação do “signo ideológico que reflete e refrata o ser” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 45).

COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E AMBIENTALISMO

Foi designada como colonização dirigida a política de colonização oficial posta em prática pelo governo federal a partir de 1970 em vários estados da Amazônia (IANNI, 1979, p.57). Na prática, essa política de colonização em um de seus aspectos tratou de disciplinar a reforma agrária espontânea em curso para a região amazônica e traduzia a perspectiva ideológica da integração nacional.

No que tange as resultantes da colonização dirigida, já em 1979 o sociólogo Otávio Ianni apontava que a mesma se constituiu em uma contra reforma agrária, ao passo que não resolvera a

questão da terra. Atualmente, são evidenciadas outras faces desse processo. Por exemplo, Francisco José Nascimento (2015), ao falar sobre as falhas e equívocos da colonização dirigida no Acre, enfatiza que ao lado de alguns avanços no que tange a produção agrícola nesse estado, surgiram imensos prejuízos ao meio ambiente e à floresta, pois não houve a preocupação com a questão tecnológica no que se refere aos plantios (NASCIMENTO, 2015, p. 183).

Quando do estabelecimento da colonização dirigida as recomendações era colocar a floresta no chão, isso serviria inclusive como forma de respaldar o assentado como bom trabalhador (NASCIMENTO, 2015, p. 173). Naquele contexto prevalecia a ideologia da exploração e do desmatamento como algo necessário e urgente. Temos assim necessidades específicas de cada contexto sócio histórico, conforme perspectiva bakhtiniana sobre índice de valor social do signo ideológico.

Na virada do século XX houve uma mudança de discursos no que tange à apropriação dos recursos naturais na Amazônia, incluindo-se os produtos minerais, terra, águas e florestas. Essa nova perspectiva se desenvolve a partir de um processo de internacionalização da região amazônica que passa a ser vista como fonte de vida e que deve ser preservada¹. Este novo posicionamento toma por base o discurso científico, que em certo sentido, mantém o viés colonialista característico do posicionamento dos países desenvolvidos em relação à Amazônia.

No que tange a questão dos usos da terra na Amazônia temos que a partir de 1983² iniciou-se a criação de outras modalidades de Projetos de Assentamentos. Embora os antigos Projetos de Colonização Dirigida ainda continuem, as novas modalidades de assentamentos criadas como PAS e PAF além das reservas extrativistas, são apresentadas como outra lógica na relação com a natureza e os recursos florestais.

No entanto, essa nova perspectiva se torna contraditória em alguns aspectos, pois especialmente a madeira passou a ser explorada pelo sistema de manejo que na realidade deu continuidade aos processos de destruição da floresta, apenas justificado pelo discurso da racionalidade.

Essas novas modalidades de assentamentos e os sistemas de manejos são implementados em descondição aos saberes das populações tradicionais conforme afirmam Marilena Serra Pinto e Elder Andrade de Paula, (2010) a partir de pesquisa de campo realizada no Projeto de Assentamento Agro Extrativista - PAE Chico Mendes em Xapuri.

Estes aspectos apontados pelos autores acima, a partir de evidências empíricas, confirmam que a maneira como atualmente são tratados a questão ambiental e o uso dos recursos naturais se baseia em uma visão “ecocêntrica que tende a apagar a reflexão sobre a condição humana nas sociedades modernas principalmente aquelas que se orienta para o enfrentamento das contradições existentes nas relações sociais” (TOURINHO, 2006, p. 13).

O discurso sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável realiza um processo classificatório de espaços e populações. Assim a Amazônia é apresentada como a maior floresta do mundo, maior reservatório de água e a multiplicidade de seres humanos que vivem em seus diversos espaços e são denominadas como populações tradicionais. Desta perspectiva, lugares de vivências e pessoas são postos como essências sem se questionar, por exemplo, o que é o tradicional e de qual perspectiva o é.

Por outro lado, esse discurso classificatório que nega as especificidades é vendido como salvação e sua “banalização é tamanha que os grandes projetos em curso na Amazônia integrantes do

1 Manoel Malheiros Tourinho afirma que as florestas, incluindo as Pan Amazônicas, foram definidas como celeiro da biodiversidade (TOURINHO, 2006, p.13).

2 Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre, Fase II (2010, p. 229).

programa de aceleração do crescimento são interpretados como redenção para as populações que vivem do seu próprio trabalho” (PINTO & PAULA, op. cit. p. 04). Outro aspecto é a negação de facetas da vida social marcadas pela desigualdade, marginalização e pobreza, sendo que tais aspectos “em uma sociedade de classes constitui o âmago da questão ambiental” (MARIM & CASTRO, 2006, p. 20).

Nesse sentido, utilizando de análise de entrevistas orais, passamos a discutir quais os significados da e impactos da legislação ambiental para os trabalhadores do PAD Boa Esperança. Nesse sentido, a utilização de entrevistas me parece bastante apropriada, pela possibilidade que nos proporciona de adentrar às vivências particular e perceber como se estabelecem diálogos com as questões sociais, inclusive quanto aos entrecosques das experiências da vida privada com a esfera pública (PORTELLI, 2016, p. 17).

AS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DOS TRABALHADORES DO PAD BOA ESPERANÇA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

Um de nossos entrevistados, o senhor Jacó³, ao ser interrogado sobre suas vivências no PAD Boa Esperança produz o seu discurso trazendo suas insatisfações e procurando representar os problemas que lhe incomodam, que opõem empecilhos a sua sobrevivência.

Desta forma, o senhor Jacó pontua em sua fala abaixo que um dos problemas principais são as limitações de trabalho decorrentes da legislação ambiental em vigor.

E outra coisa também é outra coisa é a condição que o governo não dar para a gente aqui. Você sabe que nós somos impedidos de explorar o lugar que vivemos? Que o INCRA nos deu? Deu não que o INCRA não dar terra a ninguém que se ele desse a gente podia fazer o que queria, né? Botar um roçado para plantar alguma coisa para comer. Hoje não temos mais esse direito aqui. O IBAMA não permite mais a gente roçar. Esse ano mesmo diz que o fogo é zero! O Governo não dar essa condição, para o agricultor para poder pelo o menos um maquinário, para poder beneficiar uma terra para se plantar o alimento para a nossa subsistência para a nossa família (Jacó).⁴

Nesse trecho de sua fala o senhor Jacó deixa claro o que entende como o papel do governo. O governo, de certa forma, personaliza o estado com todo o seu aparato. Não como detentor dos meios de produção, mas como entidade que tem o poder político e mecanismos técnicos e financeiros para dar “condições para a gente aqui.” Podemos entender o “aqui” e “a gente” como lugar de fala e sujeito do discurso. Quando menciona “a gente”, fica evidente a inclusão dos que estão a vivenciar situação semelhante.

O senhor Jacó, aponta a contradição entre os discursos e atuações das entidades que compõem o “governo”. O INCRA tem como diretriz garantir o acesso à terra e promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Por outro lado, o IBAMA tem como papel fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental, que acaba sendo colocado em prática de forma a trazer dificuldades de sobrevivência para essas famílias assentadas

É importante destacar a percepção da ideologia como dimensão da linguagem no sentido de que cada signo ideológico pode ter um significado específico em decorrência das condições materiais e dos processos de interação social. A expressão *Fogo Zero* é um enunciado que abriga e evidencia uma série de discursos estatais: discurso da proteção da floresta para as gerações futuras, do estado que protege contra a destruição, do fogo como destruição da floresta e contaminação da

³ Jacó (nome fictício), entrevista concedida em setembro de 2017 a Cícero Dantas dos Santos Filho no Ramal do Km 16 PAD Boa Esperança.

⁴ Jacó Entrevista citada

atmosfera através da fumaça. Evidente que o enunciado do *Fogo Zero* está posto na corrente de uma série de outros enunciados técnicos, científicos, políticos e econômicos (Bakhtin, 2003). O *Fogo Zero*, a cada vez que é dito traz um enunciado novo a depender do contexto e de quem está mencionando. O *Fogo Zero* quando mencionado pelo agricultor pode significar que ele não vai queimar o roçado e, portanto, terá dificuldades em plantar.

E aqui, diálogo com as observações sobre os índices sociais de valor proposta por Bakhtin/Volochinov (2006) Para esses autores, os índices sociais de valor é o que dar destaque e critérios para que determinados objetos sejam incluídos nos horizontes de certo grupo social com significados ideológicos específicos. É a partir das condições materiais de existência que os índices de valor social possibilitam o surgimento de signos ideológicos evidenciando o choque de interesses e, portanto, a luta de classes.

O entrevistado não se opõe a proteção da floresta, mas entende que os governantes devem dar meios alternativos, como disponibilizar maquinário para o beneficiamento da terra para plantar. Então a situação incontornável e inaceitável se evidencia em seu questionamento: Como é que vai plantar sem roçar e sem tocar fogo?

O maquinário é colocado como signo do que poderia mediar outra relação com a natureza. Ou seja, cada elemento material, cada objeto não perde sua especificidade, mas pode representar um signo ideológico, com aspectos simbólicos particulares. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 45). Nesse sentido, o senhor Jacó entende que o desenvolvimento da técnica representado no uso da máquina lhe possibilita um processo de exploração racional dos recursos naturais sem ser necessário queimar para realizar o preparo do solo.

Os impactos decorrentes da forma como é tratada a legislação ambiental afeta a todos os trabalhadores do PAD Boa Esperança. As manifestações a respeito das restrições de desmatamento, assim como sobre as condições de transporte é algo comum nas falas desses trabalhadores. A partir das condições sociais materiais de existência, esses atores sociais tecem seus discursos com um sentido compartilhado entre eles, conforme podemos entender da entrevista realizada com o senhor Estevão, que teve de certa maneira um encadeamento com a entrevista com o senhor Jacó.

Ao iniciar a entrevista ele após uma breve contextualização da localização de sua colônia e do ano em que foi assentado começou a falar de suas vivências no PAD Boa Esperança. Importante destacar a observação que ele faz no sentido de confirmar o ano que chegou à localidade. A mudança da pessoa de um lugar para outro, mesmo que seja em deslocamento de pequena distância, leva geralmente ao estabelecimento de um marco temporal, pois considera que algo significativo aconteceu. É um marco estabelecido em dimensão da vida privada, haja vista que para o Estado a vida das “pessoas comuns” são apenas parte de estatísticas. A memória da vida particular com uma lógica própria possibilita não apenas relativizar a cronologia, mas pensar quais sentidos envolve essa temporalidade.

Contar o tempo, seja em anos ou em dias, aponta a perspectiva de mudanças. No entanto a dimensão dos marcos temporais é pensada a partir do presente quando se diz “naquele tempo era assim”, conforme afirma o senhor Estevão

Eu to com, em fui assentado pelo INCRA aqui no Ramal 34, Colônia XX, que o é nome da minha colônia foi em 97, ano de 97, eu fui assentado pelo INCRA. Mas quando eu cheguei nessa colônia minha aqui que eu moro aí do outro lado do ramal, era os pé de patoá, cipozal, era tudo ! Daí eu comecei a trabalhar, mas do jeito que Seu Jacó falou, an-

tigamente aqui a gente podia... eu ainda vendi mais de tonelada de arroz, mandei pelar na peladeira lá em Sena. Feijão, muito feijão eu ainda plantei, banana, nunca me faltou nada.⁵

Duas épocas se contrapõem: o tempo de quando o senhor Estevão chegou ao PAD Boa Esperança e o tempo atual. Quando ele chegou na localidade podia derrubar e plantar. “*Antigamente aqui a gente podia...* eu vendi mais de tonelada de arroz, mandei pelar na peladeira lá em Sena Madureira.” O destaque a expressão: “Mas do jeito que seu Jacó falou antigamente aqui a gente podia...” seguido das reticências constitui uma retomada dos discursos sobre o desmatamento. O discurso de outro é citado no sentido de compartilhar experiência e posicionamento político.

Ao descrever como anteriormente era o local onde está sua casa com a pequena pastagem e algumas cabeças de gado bovino, o senhor Estevão menciona que era floresta inexplorada, “os pés de patoá, cipozal, era tudo”. Essa fala aponta a perspectiva de uma necessidade de explorar e tornar o lote produtivo, era preciso substituir a floresta virgem pela plantação, era uma espécie de tarefa que o assentado deveria cumprir. O senhor Estevão relata com certo orgulho o cumprimento dessa tarefa. Essa era uma das premissas da colonização dirigida que tinha a perspectiva de colonizar e produzir. Como afirma o servidor do INCRA Francisco José Nascimento em entrevista à Rádio Senado “se o parceleiro não desmatasse era tido como preguiçoso”⁶.

A produção de frutas base importante do cardápio eram produzidas para o consumo e para vender, no entanto, a expressão nunca me faltou nada evidencia atualmente que esses produtos atualmente faltam, pois não podem ser cultivados e deve ser comprados na cidade em função de não ser mais permitido desmatar conforme relata o senhor Estevão,

E hoje nós tamos sendo prejudicado, porque a gente tem que trazer um feijão da rua, tem que trazer uma farinha da rua e tem que trazer o milho da rua, por causa do problema do governo que não deixa a gente plantar o nosso roçado. Se broca é escondido, o IBAMA, esse ICMBIO, nós não podemos brocar, com medo do IBAMA, com medo do ICMBIO, nós não podemos brocar. Eu trago minha coisas tudinho de Sena. Trazendo o arroz, trazendo o feijão. Já pensou, você morar na zona rural, comprar milho na cidade ?

Nessa fala se destacam enunciados que expressam a visão do entrevistado sobre a produção agrícola e principalmente sobre “o ser trabalhador.” O senhor Estevão faz uma avaliação negativa dessa situação em que ele mesmo sendo dono de colônia tem que levar da cidade o que deveria ser produzido a partir do seu trabalho da terra. Assim ele afirma “hoje nós tamos sendo prejudicado, porque a gente tem que trazer um feijão da rua, tem que trazer uma farinha da rua e tem que trazer o milho da rua, por causa do problema do governo que não deixa a gente plantar o nosso roçado”. O prejuízo percebido a que se refere o senhor Estevão não é apenas financeiro, mas também moral, pois ao passo que traz os produtos da cidade estando morando no espaço rural pode pressupor uma indisposição ao trabalho.

A falta de uma alternativa para não queimar é causa constante de insatisfação ou mesmo indignação por parte dos assentados, conforme transparece na fala do nosso entrevistado quando comenta a situação em que é colocado frente às proibições de desmatar.

O senhor Estevão evidencia a existência de um eles e um nós. Ao mencionar os que fazem, os que aplicam a legislação ambiental e os agricultores. Assim, ele afirma: “Eles tão buiado lá, mas nós aqui tamos sendo prejudicado.” Evidencia-se a visão de dois lugares sociais distintos com seus

5 Estevão (nome fictício) entrevista concedida a Cícero Dantas dos Santos Filho em setembro de 2017, no Ramal do Km 34 PAD Boa Esperança.

6 NASCIMENTO, José Francisco. **Entrevista: Memória da colonização recente no Estado do Acre**. Entrevistadora: Margarida Patriota. Brasília 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em 21/06/20.

respectivos sujeitos. O aqui se refere ao lugar de vivência, espaço social e afetivamente constituído que é a “colônia”, anteriormente, espaço inexplorado que teve que ser cultivado, domesticado. O *nós* para o depoente é ele próprio e os que vivem como ele a mesma situação de não poder plantar e ter que trazer da cidade os produtos que se espera produzir em um assentamento agrícola. O *lá* seria uma espécie de outro lado, separado não por uma barreira física, mas pela divisão de classes evidenciada nas condições de existência que a um só tempo é econômica, moral e simbólica.

A expressão “eles estão buiado lá” demonstra que eles, (legisladores, fiscais ambientais, polícia, ambientalistas), defendem tanto o não desmatamento porque não precisam plantar para o próprio sustento, possuem acesso aos bens materiais geralmente através do trabalho intelectual, em evidente contraste ao *nós*, o pequeno trabalhador rural que para quem “...o ramalzinho melhora no verão, no inverno é só lama, regaçada a boca da calça para andar” (Estevão), o que leva ao sentimento de indignação, pois além das dificuldades de locomoção, se é tolhido de fazer o que lhe de direito: trabalhar para sobreviver.

O senhor Estevão apresenta sua identidade e se reconhece como parte de um grupo “que é a população baixa que somos nós que sofre” com as imposições da legislação ambiental. As restrições de desmate e a aplicação de pesadas multas afeta de maneira mais evidente o pequeno produtor rural que possui recursos financeiros limitados o que se apresenta como um contraste entre *nós* e *eles*. O grande fazendeiro de certa forma não sente o impacto das multas e das proibições de desmate, pois na maioria dos casos já derrubaram imensas áreas e ao serem multados tem geralmente recursos suficientes para pagar sem impacto financeiro. O fato de não poder desmatar e não ter alternativa para beneficiar o solo leva talvez a um sentimento de revolta, de resignação não apenas pela questão financeira, mas também por uma visão moral sobre o trabalho. O fato de se identificar como um trabalhador rural assentado pelo INCRA, mas não produzir parece ser constrangedor. Assim afirma: “eu tou sem produzir o feijão, sem produzir o arroz, sem produzir o feijão sem produzir o milho, porque tenho a terra mas não tenho onde plantar”.

Outro aspecto que pode ser apontado como causa de indignação é a intensidade das fiscalizações ambientais que parece ser representada como algo exagerado, conforme afirma o senhor Estevão, “Nós tamos prejudicado aqui. Se a gente broca um roçadinho, se subir fumaça, lá eles vem em cima, quando vem em cima multa a gente de qualquer jeito”.

Dadas as dificuldades de acesso para o escoamento da produção uma das alternativas pensadas pelos trabalhadores do PAD Boa Esperança é a criação de gado. Possibilidade que esbarra nas limitações do tamanho da área de terra da colônia e a questão da proibição de desmate, conforme afirma o senhor Jacó no comentário abaixo.

Plantei um pouco aqui de muda de banana aqui formei um banal, mas o resultado ficou pros bicho da mata comer, ninguém da conta de comer, pra levar pra cidade não tem como levar, para comprar o que é necessário e quando leva não tem preço. Então não tem condição de a gente tocar certo tipo de cultura no lugar que vivemos né? E O nosso mei aqui maior é partir para criação, mas é umas terras pequenas, além de pequena ninguém pode explorar. Pra poder evoluir pelo menos pra poder criar umas criaçãozinha mais, pra poder ganhar um dinheiro melhor para comprar aquilo que necessitamos, né? (Jacó, entrevista citada).

As famílias moradoras do PAD Boa Esperança, embora possuam a terra passam por dificuldades e privações. Conforme afirma a senhora Lara, moradora do local, tanto a agricultura produzida quanto o gado que se cria é em pouca quantidade. No entanto, a perspectiva é que se deve

continuar lutando. O esposo trabalha alguma diária para outros assentados, e próprio dinheiro do programa *Bolsa Família* ajuda na despesa. Como vemos no trecho abaixo,

Atualmente, quase a gente não tá produzindo quase nada porque não pode roçar, não pode derrubar, não pode queimar, não pode fazer nada disso, então é muito pouca produção a gente colhe mais só memo pra comer e às vez nem dar. A gente tem umas cabecinhas de gado mais é pouco tem o bolsa família e ajuda muito porque se não fosse, às vezes ele trabalha uma diária pra um quando aparece porque não é direto porque ninguém também tem trabalho cada um tem o seu, né? um pouco mais é o seu, né? E assim a gente vai indo vai levando, porque tem um ditado, na bíblia fala quem tem fé vai a luta né? Não desanima, né? vai sempre olhando pra frente que as coisas vai melhorando, né?⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse artigo foi de discutir os significados da legislação ambiental para os trabalhadores do PAD Boa Esperança. Dado o problema proposto, consideramos a apropriado e viável a utilização de entrevista orais como fonte, por entender que aí os trabalhadores tem a possibilidade de expressar seus anseios e inquietações.

Apresentamos de forma sintética algumas considerações sobre filosofia da linguagem a ser utilizada como base teórica em nossas análises, e também fizemos uma breve contextualização sobre a colonização dirigida e as questões ambientais, com ênfase para as novas modalidades de projetos de assentamento e a noção de desenvolvimento sustentável.

A partir do cotejamento das entrevistas e os conceitos por nós eleitos como categorias de análises, podemos perceber que implementação da legislação ambiental tem importantes significados para os trabalhadores do PAD Boa Esperança impactando negativamente suas condições de vida e suas identidades como agricultor.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre**, Fase II, 2ed. Rio Branco: SEMA, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira 12. ed., São Paulo: Hucitec Editora, 2006.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. In: PAULA, Elder Andrade; SILVA, Silvio Simione (org.) *Trajatória da Luta Camponesa na Amazônia Acreana*. Rio Branco: EDUFAC, 2006 p.15-46.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- MARIM, Rosa Elizabeth Acevedo e CASTRO, Edna Maria Ramo de Belém. “Prefácio”. In: FERNANDES Marcionila & GUERRA Lemuel. (Orgs). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Zahar Editora.
- IANNI, Octávio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- NASCIMENTO, Francisco José. **Memórias da colonização recente no Estado do Acre**. Câmara Brasileira de Jovens Escritores. Rio de Janeiro. 2015.

⁷ Lara (nome fictício), entrevista concedida em setembro de 2017 a Cícero Dantas dos Santos Filho no Ramal do Km 16 PAD Boa Esperança.

PINTO Marilina Serra; PAULA Elder Andrade de. “A Epistemologia da Floresta e o Projeto de Assentamento Agro Extrativista Chico Mendes: uma experiência amazônica”.*In*: VALÊNCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade de; WITKOSKI Antônio Carlos(Orgs.).**Processos de Territorialização e Identidade Sociais**. Volume I. – São Carlos: Rima Editora 2010.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”.**Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. **A História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: D&A, 2006.

ENTREVISTAS

Estevão (nome fictício), entrevista concedida a Cícero Dantas dos Santos Filho em setembro de 2017, no Ramal do Km 34 PAD Boa Esperança.

Jacó (nome fictício), entrevista concedida em setembro de 2017 a Cícero Dantas dos Santos Filho no Ramal do Km 16 PAD Boa Esperança.

Lara (nome fictício), entrevista concedida em setembro de 2017 a Cícero Dantas dos Santos Filho no Ramal do Km 16 PAD Boa Esperança.

Data de submissão: 07/09/2019

Data de aprovação: 20/09/2019